



PARECER PRÉVIO Nº 20/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10012/2012.

Apenso: Processo nº 10058/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.

4- Responsável: Sr. Carlos da Silva Amora, Prefeito Municipal de São Sebastião do Uatumã, à época.

5- Exercício: 2011.

6- Advogado: Sr. Egídio Gomes de Queiroz Neto – OAB/AM: nº 7.297, Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM nº 4.331.

7- Unidade Técnica: DICOPI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 1154/2016 – MP- EMFA – da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fl. 1385/1385).

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendado a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelos arts. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, os termos da Proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio, nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como o art. 31, §2º da Constituição Federal, recomendando à Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã a desaprovação das Contas do Município, exercício de 2012, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Abril de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 20/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 20/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10012/2012.**
Apenso: Processo nº 10058/2012.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã.
- 4- **Responsável:** Sr. Carlos da Silva Amora, Prefeito Municipal de São Sebastião do Uatumã, à época.
- 5- **Exercício:** 2011.
- 6- **Advogado:** Sr. Egídio Gomes de Queiroz Neto – OAB/AM: nº 7.297, Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM nº 4.331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOPI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 1154/2016 – MP- EMFA – da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fl. 1385/1385).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2011.

Irregularidade. Alcance. Prazo. Autorização. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura São Sebastião do Uatumã, durante o exercício de 2011, referente à gestão em que o Sr. Carlos da Silva Amora figurou como Gestor, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.2- Considerar em **Alcance** o Espólio do Responsável, no montante total de **R\$ 1.061.107,23 (Um milhão, sessenta e um mil, cento e sete reais e vinte e três centavos)**, nos termos do artigo 304,



ACÓRDÃO Nº 20/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

inciso I c/c inciso III, da Resolução n. 04/2002 – TCE/AM, em razão das seguintes restrições:

- a) No valor de **R\$ 7.121,54 (sete mil, cento e vinte um reais e cinquenta e quatro centavos)**, em razão do pagamento de multa e juros no valor das cotas de contribuição previdenciária referentes a 11 meses do exercício de 2011, conforme explorado no item 20.5 das Restrições elencadas pela DICAMI;
- b) No valor de **R\$ 978,53 (novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos)**, em razão de pagamento de débitos de contribuição previdenciária extemporânea, conforme item 20.3 das restrições elencadas pela DICAMI;
- c) No valor de **R\$ 272.687,69 (duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos)**, em razão do débito referente ao não recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Física, conforme item 20.2 das restrições arroladas pela DICAMI;
- d) No valor de **R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais)**, referente a não comprovação de execução do objeto da Tomada de Preços nº 01/2011;
- e) No valor de **R\$ 145.650,75 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos)**, referente a não comprovação da execução do objeto da Carta Convite nº 021/2011;
- f) No valor de **R\$ 147.078,47 (cento e quarenta e sete mil, setenta e oito reais e quarenta e sete centavos)**, referente a não comprovação da execução do objeto da Carta Convite nº 08/2011;
- g) No valor de **R\$ 147.590,25 (cento e quarenta e sete mil, quinhentos e noventa reais e vinte e cinco centavos)**, referente a não comprovação da execução do objeto da Carta Convite nº 02/2011.



ACÓRDÃO Nº 20/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3- Fixar** o prazo de **30 (trinta)** dias para o recolhimento aos cofres do Município de São Sebastião do Uatumã do valor referente **ao alcance, com comprovação** perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor do alcance deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM);
- 10.4- Autorizar** desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;
- 10.5- Recomendar** à atual gestão do Município de São Sebastião do Uatumã que:
- a) Promova com fidelidade o registro e envio das informações exigidas pelo Sistema de Auditoria de Contas Públicas – ACP;
 - b) Observe as regras e princípios da Lei de Licitações por ocasião da realização de despesas;
 - c) O eventual descumprimento das recomendações aqui lançadas ensejará a irregularidade de prestações de contas futuras, nos termos do artigo 22, §1º, da Lei n. 2423/96.
- 10.6- Dar ciência** ao Espólio do **Sr. Carlos Amora**, bem como ao seu Advogado, Dr. Egídio Gomes de Queiroz Neto, sobre o deslinde deste feito.

11 - Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de abril de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



ACÓRDÃO Nº 20/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral